

**ANAIS
DA
CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS
DO
IMPÉRIO DO BRASIL**

**TERCEIRA SESSÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA
DE 3 DE JULHO A 2 DE AGOSTO DE 1883**

VOLUME III

**RIO DE JANEIRO
TIPOGRAFIA NACIONAL
1883**

ÍNDICE¹

Sessões:

- 1 no dia 3 de Julho, pág. 2. Aprovada sem discussão.
- 2 no dia 4 de Julho, pág. 20. Idem, idem
- 3 no dia 5 de Julho, pág. 23. Idem, idem
- 4 no dia 6 de Julho, pág. 54. Idem, idem
- 5 no dia 9 de Julho, pág. 60. Idem, idem
- 6 no dia 10 de Julho, pág. 81. Idem, idem
- 7 no dia 11 de Julho, pág. 107. Idem, idem
- 8 no dia 12 de Julho, pág. 128. Idem, idem
- 9 no dia 13 de Julho, pág. 171. Idem, idem
- 10 no dia 16 de Julho, pág. 208. Idem, idem
- 11 no dia 17 de Julho, pág. 227. Idem, idem
- 12 no dia 18 de Julho, pág. 218. Idem, idem
- 13 no dia 19 de Julho, pág. 266. Idem, idem
- 14 no dia 20 de Julho, pág. 284. Idem, idem
- 15 no dia 23 de Julho, pág. 394. Idem, idem
- 16 no dia 24 de Julho, pág. 328. Idem, idem
- 17 no dia 25 de Julho, pág. 329. Idem, idem
- 18 no dia 26 de Julho, pág. 351. Idem, idem
- 19 no dia 27 de Julho, pág. 376. Idem, idem
- 20 no dia 30 de Julho, pág. 398. Idem, idem
- 21 no dia 31 de Julho, pág. 424. Idem, idem
- 22 no dia 1 de Agosto, pág. 415. Idem, idem
- 23 no dia 2 de Agosto, pág. 470. Idem, idem

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Atas:

- 1 no dia 7 de Julho pág. 57. (Aprovada na sessão de 9, pág. 60.)
- 2 no dia 14 de Julho pág. 205. Idem de sessão de 16, pág. 208.
- 3 no dia 21 de Julho pág. 302. Idem de sessão de 23, pág. 304.
- 4 no dia 28 de Julho pág. 396. Idem de sessão de 30, pág. 398.

Projetos:

- N. 20 A de 1883. – Da comissão de instrução pública, sobre o de n. 20 – 1883 do Sr. Camargo, dispensando a idade para a matrícula de D. Antonieta Cezar Dias. Apresentado na sessão de 23, pág. 312.
- N. 48 de 1883. – Da comissão de orçamento, sobre a despesa do Ministério do Império para o exercício de 1884-85. Apresentado na sessão de 13, discutido nas de 10, 11, 12, 13, 14 e 16 e aprovado na de 26, págs. 3 e 361.
- N. 49 de 1883. – Da comissão de assembleias provinciais, marcando os casos em que pode ser prorrogada a lei de orçamento provincial, e dando outras províncias. Apresentado na sessão de 5, pág. 35.
- N. 52 de 1883. – Da comissão de orçamento sobre o crédito suplementar de 16:116\$816 ao ministério de estrangeiros para ocorrer a despesas no exercício de 1881 – 1882. Apresentado na sessão de 10 e aprovado na de pág. 82.
- N. 53 de 1883. – Do Sr. Escragnolle Taunay, concedendo nas eleições municipais direito de voto aos estrangeiros e marca os casos em que podem ser votados. Apresentado na sessão de 10 e remetido as comissões de constituição e poderes e de justiça civil, pág. 87.
- N. 58 de 1883. – Da comissão de instrução pública, autorizando o estudante Manoel de Freitas Paranhos a fazer exame das matérias do 5º ano da faculdade de direito de São Paulo. Apresentado na sessão de 13, pág. 172.
- N. 59 de 1883. – Da comissão de saúde pública, relativa à junta de higiene e seus auxiliares. Apresentado na sessão de 13, pág. 172.
- N. 62 de 1883. – Da comissão de marinha e guerra sobre a pretensão do 1º tenente Antonio Maria de Albuquerque O'Connell Jersey, para fazer exame do 4º ano da escola militar. Apresentado na sessão de 18, pág. 248.
- N. 64 de 1883. – Do Sr. Barão da Leopoldina sobre o transporte gratuito, pela estrada de ferro D. Pedro II, para o material destinado ao engenho central do Aracati, em Minas. Apresentado na sessão de 19 e remetido à comissão de comércio, indústria e artes, pág. 270.
- N. 67 de 1883. – Da comissão de orçamento sobre a despesa do ministério de estrangeiros para o exercício de 1884 – 1885. Apresentado na sessão de 23, pág. 307.
- N. 69 de 1883. – Da comissão de instrução pública sobre o dicionário geográfico, histórico, estatístico e administrativo do Brasil, pelo bacharel Alfredo Moreira Pinto. Apresentado na sessão de 26, pág. 352.

- N. 70 de 1883. – Da comissão de comércio, indústria e artes relativo à concessão de terras devolutas e John Steel e outro para a cultura da planta têxtil denominada juta. Apresentado na sessão de 26, pág. 352.
- N. 71 de 1883. – Da comissão de instrução pública, concedendo direito de vitaliciedade aos mestres de desenho do internato e externato do imperial colégio D. Pedro II. Apresentado na sessão de 26, pág. 355.
- N. 72 de 1883. – Da mesma comissão sobre a antiguidade do Dr. Thomaz Alves Junior, lente da escola militar da corte. Apresentado na sessão de 26, pág. 353.
- N. 61 de 1883. – Dos Srs. Antonio Pinto e outros, para que todos os caixeiros das casas comerciais que provarem a sua capacidade eleitoral quanto à renda, e por qualquer meio legal, serão admitidos ao alistamento eleitoral, não importando a profissão de caixeiro. Apresentado na sessão de 17, pág. 241.
- N. 73 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a licença a Francisco de Castro Muniz, 1º escriturário da Alfandega de Pernambuco. Apresentado na sessão de 17, pág. 377.
- N. 79 de 1883. – Da comissão de estatística sobre limites da província de Sergipe com a Bahia. Apresentado na sessão de 30, pág. 401.
- N. 76 de 1883. – Da comissão de justiça civil sobre o regulamento para a locação do serviço domestico. Apresentado na sessão de 27, pág. 377.
- N. 68 de 1883. – Da comissão de orçamento sobre a despesa do ministério da guerra para o exercício de 1884 – 1885. Apresentado na sessão de 1 de Agosto, pág. 445.
- N. 77 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados, relativo ao tempo de magistério do bacharel Joaquim Velloso Tavares, lente da escola de marinha. Apresentado na sessão de 28, pág. 397.
- N. 3 A de 1883. – Da comissão de constituição e poderes, sobre a incompatibilidade de que trata o art. 14 da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, não abrange os lugares de professor por concurso. Apresentado na sessão de 2 de Agosto, pág. 471.

Pareceres:

- N. 22 de 1883, da comissão de pensões e ordenados, sobre o aumento de vencimentos dos empregados do Instituto dos meninos cegos. Apresentado na sessão de 4, pág. 2.
- N. 23 de 1883, da mesma comissão sobre a reforma do capelão tenente do exército, cônego Antonio Paulino Gonçalves Benjamin. Apresentado na sessão de 4, pág. 2.
- N. 24, 1883, da mesma comissão sobre o aumento da pensão a D. Francisca Candida de Guimarães Macedo. Apresentado na sessão de 4, pág. 2.
- N. 25 de 1883, da mesma comissão de, sobre as pensões a D. Henriqueta Augusta de Albuquerque Salles e suas filhas, a D. Virginia Maria Ramos de Azevedo, e ao ex-cabo de esquadra Ovidio Pereira Lyrio. Apresentado na sessão de 4, pág. 3.
- N. 26 de 1883, da mesma comissão sobre o meio soldo a D. Felisberta Amelia de Abreu Prado, viúva do alferes José Oliveira Prado. Apresentado na sessão de 4, pág. 3.

- N. 27 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a pretensão do Dr. Diogo de Mendonça Pinto, pedindo que se reforme o cálculo dos vencimentos com que foi jubilado no lugar de professor de história e geografia da faculdade de direito de São Paulo. Apresentado, lido e aprovado na sessão de 5, pág. 34.
- N. 28 de 1883. – Da mesma comissão sobre a pretensão do bacharel Joaquim Velloso Tavares, para se lhe contar como tempo de magistério o em que serviu como opositor da escola de marinha, quando foi à Europa em comissão. Idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 29 de mesma comissão sobre aumento de vencimentos para os fiéis de armazém da alfândega de Santos. Idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 30 de 1883. – Da comissão sobre a licença ao bacharel João Manoel Mendes da Cunha Azevedo, secretario da relação de Porto Alegre. Idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 31 de 1883. – Da mesma comissão relativo ao aumento de vencimentos a Adellino Vieira Bello, porteiro da tesouraria de fazenda da Bahia. idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 32 de 1883. – Da mesma comissão, relativo a pretensão de Raymundo Feliciano Alves Serrão, 1º escriturário da casa da moeda. Idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 33 de 1883. – Da mesma comissão sobre a pretensão do tenente-coronel José Bernardino de Vasconcellos Coimbra, pedindo uma pensão. Idem, idem, idem, pág. 34.
- N. 34 de 1883. – Da mesma comissão sobre a pretensão do Dr. João Guilhermino pedindo licença para exercer a profissão de médico. Idem, idem, idem, pág. 35.
- N. 35 de 1883. – Da comissão de comércio, indústria e artes sobre a estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba. Idem, idem, idem, pág. 35.
- N. 36 de 1883. – Da mesma comissão sobre a pretensão de Antonio Pereira de Oliveira Gama, pedindo garantia de juros para dois engenhos centrais no Tubarão e Itajaí, em Santa Catarina. Idem, idem, idem, pág. 35.
- N. 37 de 1883. – Da mesma comissão sobre a pretensão de Carlos Candido Gomes, pedindo garantia de juros para a fundação de uma fazenda mista na província do Paraná. Idem, idem, idem, pág. 37.
- N. 38 de 1883. – Da comissão de obras, relativo à construção da estrada de ferro do Madeira e Mamoré. Idem, idem, sessão de 9, pág. 61.
- N. 39 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre o aumento de vencimentos para os inspetores de alunos do externato do imperial Colégio de Pedro II. Idem, idem, idem, pág. 61.
- N. 40 de 1883. – Da mesma comissão, sobre a aposentadoria do protonotário apostólico Ernesto Camillo Barreto, lente de teologia dogmática em Cuiabá. Idem, idem, idem, pág. 62.
- N. 41 de 1883. – Da mesma comissão, sobre a licença ao Dr. José Thomé da Silva, juiz de direito da comarca do Ipu, no Ceará. Idem, idem, pág. 62.
- N. 42 de 1883. – Da comissão de obras públicas, relativo a navegação por vapor do Rio Pardo, no termo da vila de Canavieiras, na província da Bahia. Idem, idem, idem, pág. 62.

- N. 43 de 1883. – Da comissão de saúde pública, sobre a proposta de Antonio da Cunha e Souza, para fazer a limpeza dos navios surtos no ancoradouro da capital do Império. Apresentado e aprovado na sessão de 10, pág. 83.
- N. 45 de 1883. – Da comissão de comércio, indústria e artes, relativo ao prolongamento da estrada de ferro de Baturité, na província do Ceará. Apresentado e aprovado na sessão de 12, pág. 147.
- N. 46 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao bacharel Antonio José de Souza Freitas, juiz de direito do Alto-Itapicuru, no Maranhão, idem, pág. 147.
- N. 47 de 1883. – Da mesma comissão sobre a licença no bacharel Luiz Vianna, juiz de direito de Santa Christina do Pinhal, no Paraná. Idem, pág. 147.
- N. 48 de 1883. – Da mesma comissão sobre a licença ao bacharel Aristides Augusto Milton, juiz de direito da comarca de Pedro Segundo, no Piauí. Idem, pág. 147.
- N. 49 de 1883. – Da comissão de instrução pública, relativo a matrícula na escola de marinha, do estudante João Francisco dos Reis Junior. Apresentado e aprovado na sessão de 13, pág. 171.
- N. 50 de 1883. – Da comissão de fazenda sobre o montepio obrigatório para os empregados públicos. Apresentado e apoiado na sessão de 16, pág. 211.
- N. 51 de 1883. – Da mesma comissão, sobre o meio soldo para D. Ignez Emerich. Idem, pág. 212.
- N. 52 de 1883. – Da mesma comissão sobre a conclusão das obras da matriz de Sant'Anna da corte. – Idem, pág. 212.
- N. 53 de 1883. – Da mesma comissão sobre a remissão da dívida contraída para com a fazenda nacional por Eduardo Americo de Moraes Rego. Idem, pág. 212.
- N. 54 de 1883. – Da mesma comissão, sobre o meio soldo para D. Olympia Candida Guimarães do Amaral. Apresentado na sessão de 16, pág. 209.
- N. 55 de 1883. – Da mesma comissão, sobre o privilégio para as publicações de Joaquim Antonio de Carvalho Agra. Idem, pág. 209.
- N. 56 de 1883. Da comissão de instrução pública sobre a matrícula na escola militar, do alferes Tristão Baptista de Nobrega e cabo Manoel Rodrigues de Macedo. Apresentado e aprovado na sessão de 17, pág. 228.
- N. 57, de 1883. Da comissão de orçamento relativo a pretensão do Dr. Antonio José de Sampaio, pedindo subvenção para um laboratório químico. Apresentado e aprovado na sessão de 18, pág. 249.
- N. 58 de 1883. Da comissão, comércio, indústria e artes, sobre o privilégio a Thomaz Ballez e outros, para as embarcações dotadas do aparelho denominado "Taboa de bolina". Apresentado na sessão de 19, pág. 466.
- N. 59 de 1883. Da mesma comissão sobre o privilégio a Alphonso Bouffier, para exploração da semente de carapa ou andiroba. Apresentado na sessão de 19, pág. 466.

- N. 60 de 1883. Da comissão de constituição e poderes sobre a eleição do 3º distrito da província da Bahia. Apresentado e aprovado na sessão de 19, págs. 280.
- N. 61 de 1883. Da comissão de marinha e guerra, sobre a reforma do capitão Antonio Verissimo Ivo de Abreu. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 285.
- N. 62 de 1883. Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 285.
- N. 63 de 1883. Da mesma comissão concedendo licença ao juiz de direito, bacharel Luiz de Medeiros. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 285.
- N. 64 de 1883. Da mesma comissão, sobre a pensão a D. Maria Catharina de Macedo e D. Anna Claudina de Negreiros Lobato. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 285.
- N. 65 de 1883. Da comissão de constituição e poderes, concedendo licença aos deputados Sinval Odorico de Moura, José Basson de Miranda Ozorio. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 285.
- N. 66 de 1883. Da comissão de pensões e ordenados sobre a D. Emerenciana Leopoldina Figueira de Mello. Apresentado e aprovado na sessão de 23, pág. 314.
- N. 67 de 1883. Da comissão de comércio, indústria e artes sobre a diretriz da linha férrea do Ribeirão a Pesqueira; prolongamento da estrada de ferro de Camocim, e garantia de juros para a capital empregado na exploração das minas de ferro de Sapatu na província de São Paulo. Apresentado e aprovado na sessão de 23, pág. 314.
- N. 68 de 1883. Da mesma comissão sobre a garantia de juros para o prolongamento da estrada de ferro de Nova Hamburgo á margem direita do rio Taquari, na província do Rio Grande Sul, e para a estrada de ferro de Monção, na província do Maranhão. Apresentado e aprovado na sessão de 23. Pág. 314.
- N. 69, de 1883. Da mesma comissão relativa à garantia de juros para um estabelecimento industrial para extração de tapioca, polvilho e outras substâncias. Apresentado na sessão de 26 pág. 354.
- N. 70 de 1883, da comissão de pensões e ordenados, sobre a pretensão de Joaquim Marcelino Lobo d'Avilla, pedindo a graduação de porteiro do arsenal de marinha de corte. Apresentado e aprovado na sessão de 26, pág. 353.
- N. 72 de 1883. – Da comissão de constituição e poderes, sobre a eleição do 3º distrito da província da Minas Gerais. Apresentado na sessão de 28 e aprovado na de 31, págs. 397 e
- N. 77 de 1883. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a aposentadoria do padre Zacharias da Cunha Freitas, capelão cantor da capela imperial. Apresentado na sessão de 2 de Agosto, pág. 471.
- N. 73 de 1883. – Da mesma comissão sobre a aposentadoria de Sebastião José Cavalcanti, no lugar de inspetor da tesouraria de fazenda do Maranhão. Apresentado na sessão de 30, pág. 401.
- N. 74 de 1883. – Da comissão de fazenda, sobre a isenção de direitos a Lucas Ribeiro do Prado para uma fábrica na província do Ceará. Apresentado na sessão de 31, pág. 424.

N. 76 de 1883. – Da comissão de fazenda relativo ao pagamento de ordenados ao Dr. Augusto José Ferrari, ex-médico da colônia militar de Caseros. Apresentado na sessão de 31, pág. 425.

N. 75 de 1883. – Da comissão de fazenda, sobre favores aos operários do arsenal de guerra da corte. Apresentado e aprovado na sessão de 31, pág. 425.

Proposta do poder executivo:

Concedendo ao ministério dos negócios estrangeiros um crédito suplementar de 16:116\$816. Apresentada na sessão de 3; parecer da comissão em 23, discutido e aprovado em págs. 14, 82, 307.

Abrindo ao ministério da marinha o crédito de 35:643\$666 para aumento da verba – Batalhão Naval – durante o exercício de 1883 – 1884. Apresentada na sessão de 18; parecer da comissão em 23 discutida e Aprovada, págs. 261.

Sobre a localização do escravo. Apresentada pelo Sr. Ministro da agricultura na sessão de 2 de Agosto e remetida às comissões de orçamento e de justiça civil, pág. 473.

De créditos suplementares para a verba iluminação pública para os exercícios de 1882-1883, 1883-1884. Apresentada pelo Sr. Ministro da agricultura na sessão de 28 de Julho e remetido à comissão de orçamento, pág. 400.

Redação:

Do projeto n. 252 de 1882. – Que autoriza a mesa regedora da confraria de S. Benedicto de Maceió, província das Alagoas, a adquirir o terreno de que carece para a edificação de uma capela, dispensadas as leis de amortização. Apresentada na sessão de 2 e aprovada na sessão de 3 de Julho, pág. 2.

Do projeto n. 274 de 1882. – Relevando D. Maria Luiza Pacheco Barbosa da prescrição em que incorreu, para receber o meio soldo de seu pai o major reformado do exército Manoel Antonio Pacheco, desde a data do falecimento deste. Idem, pág. 2.

Do aditivo, oferecido pelo Sr. Candido de Oliveira ao projeto n. 252 de 1882. – Concedendo à igreja matriz da freguesia da Saúde, no município de Mariana, em Minas Gerais, autorização para possuir uma sorte de terras. Idem, pág. 2.

Do projeto n. 6 de 1883 (emendas do senado). – Forças de terra para o exercício de 1883 – 1884. Idem, pág. 2.

Do substitutivo ao projeto n. 260 A de 1882, oferecido pelos Srs. Felicio dos Santos e outros sobre a reconstrução da matriz de Campo Grande, no município neutro. Idem, pág. 2.

Do projeto n. 23 de 1883. – Relativo às emendas feitas e aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo que fixa as forças de terra para o exercício de 1884-1885. Apresentada e aprovada na sessão de 11 com dispensa de impressão requerida pelo Sr. Matta Machado, pág. 107.

Do projeto n. 26 de 1883. – Emendas feitas e Aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do poder executivo, que abre ao ministério do Império um crédito de 59:181\$577, para ocorrer às despesas com o congresso de instrução. Idem, pág. 107.

Do projeto n. 32 de 1883. – Que autoriza o governo a conceder um ano de licença ao desembargador João Sertorio. Idem, pág. 108.

Do projeto n. 4 A de 1883. – Elevando de categoria á 2ª entrância as comarcas do Rio Turvo e de Sete Lagoas, na província de Minas Gerais. Apresentada na sessão de 12 e aprovada na de 13, pág. 193.

Do projeto n. 4 F de 1883. – 2ª Entrância a comarca de Barbacena, na província de Minas Gerais. Idem, pág. 193.

Do projeto n. 4 K de 1883. – 3ª Entrância as comarcas de Taubaté, Guaratinguetá e Itu, e igualmente elevadas a de 2ª entrância as de Pindamonhangaba, Queluz, Capivari, Limeira, Amparo, Belém, S. José dos Campos, Mogi Mirim, Piracicaba (Constituição), Casa Branca, Jundiá e Rio Claro. Apresentada na sessão de 12 e aprovada na sessão de 13, pág. 193.

Do projeto n. 21 A de 1883. – Autorizando a capela de Santa Cruz do Belém, da cidade de Mogi-mirim, província de São Paulo, a possuir ate a quantia de 100:000\$, bens de raiz, que constituirão seu patrimônio. Apresentada no dia 14 e aprovada na sessão de 16, pág. 210.

Do projeto n. 139 de 1882. – Sobre a reforma das alfândegas. Apresentada no dia 14 e aprovada na sessão de 16, pág. 210.

Do projeto n. 4 B de 1883. – Elevando a categoria de 2ª entrância a comarca de Pedras de Fogo, na província da Paraíba do Norte. Idem, pág. 210.

Dos Projetos ns. 4 C, 4 D, 4 E, 4 G, 4 H, 4 I, 4 J, 4 L, 4 R, 4 M, 4 N, 4 O, 4 T, 4 Q, de 1883. – Elevando a categoria de diversas comarcas de diferentes províncias. Apresentadas no dia 14 e aprovadas na sessão de 16, pág. 210.

Das emendas ao projeto n. 4 A de 1883. – Oferecidas em 3ª discussão pelos Srs:

Rodrigues Peixoto, elevando á categoria de 3ª entrância à comarca de São João da Barra, na província do Rio de Janeiro. Apresentada no dia 14 e aprovada na sessão de 16, pág. 210.

Diana, idem, idem a comarca de São Gabriel, na província do Rio Grande do Sul. Idem.

Tertuliano Henriques, idem, idem a comarca de Campina Grande, na província da Paraíba do Norte. Idem.

Abelardo de Brito, idem, idem 3ª entrância as comarcas de Bragança e Mogi das Cruzes, na província de São Paulo. Apresentada no dia 14 e aprovadas na sessão de 16, pág. 211.

Do projeto n. 21 B de 1883. – Autorizando as irmandades do Carmo e do Rosário da cidade de Mogi Mirim, província de São Paulo, a possuir bens de raiz até a quantia de 100:000\$. Apresentada no dia 21 e aprovada na sessão de 23, pág. 314.

Do projeto n. 25 de 1883. – Idem o governo a conceder ao bacharel Pedro Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, juiz de direito da comarca de Vianna, da província do Maranhão, um ano de licença, com o respectivo ordenado. Idem, pág. 314.

Do projeto n. 33 de 1883. – Idem, idem a conceder ao conselheiro Alexandre Pinto Lobão, desembargador da relação do Recife, um ano de licença, com o respectivo ordenado. Idem, pág. 314.

Do projeto n. 47 de 1883. – Idem, idem a prorrogar por mais oito meses, com o ordenado, a licença concedida pelo decreto n. 3070 de 20 de Maio de 1882 ao conferente da alfândega da corte José Ribeiro da Cunha. Idem, pág. 314.

Do projeto n. 50 de 1883. – Idem, idem a conceder ao juiz de direito da comarca de Amargosa, na província da Bahia, Manoel Caetano de Oliveira Passos, um ano de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier. Idem, pág. 314.

Do projeto n. 57 de 1883. – Sobre a aposentadoria do ex-inspetor da tesouraria de fazenda da província de Minas Gerais, Francisco de Paula Souza. Apresentada na sessão de 28 e aprovada na de 30, págs. 397 e 399.

Do projeto n. 48 A de 1883. – Emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, relativas à proposta do governo que fixa a despesa do ministério do Império para o exercício de 1884-1885. Apresentada na sessão de 30 e aprovada na de 31, págs. 399.

Do projeto n. 42 de 1883. – Sobre a companhia fluvial Maranhense. Apresentado na sessão de 31 e aprovado na de 1 de Agosto, págs. 425.

Do projeto n. 51 A de 1883. – Emendas Aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo, que fixa a despesa do ministério da marinha para o exercício de 1884-1885. Apresentada na sessão de 31 e aprovada na de 1, págs. 425.

Do projeto n. 67 A de 1883. – Redação para 3ª discussão das emendas, aprovadas pela Câmara dos Deputados, à proposta do governo que fixa a despesa do ministério de estrangeiros para o exercício de 1884-1885. Apresentada na sessão de 2, pág. 482.

Reconhecimento de deputados:

Pelo 3º distrito da província da Bahia o Sr. conselheiro Francisco Prisco de Souza Paraizo. Reconhecido na sessão de 23, prestou juramento e tomou assento no mesmo dia, pág. 314.

Pelo 3º distrito da província de Minas Gerais, o Sr. conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna. Reconhecido, prestou juramento e tomou assento na sessão de 31, pág. 430.

Declaração de voto:

Do Sr. Escragnolle Taunay. – “Declaro que votei a favor da emenda que elevou à categoria de 2ª entrância a comarca de Nossa Senhora da Graça, na província de Santa Catarina. “ Apresentada na sessão de 5 de Julho, por ocasião de serem votadas as emendas ao projeto n. 4 A de 1883 (elevação de comarcas), pág. 44.

Do Sr. João Penido. – “ Declaro que votei contra todas as licenças concedidas por um ano com ordenado. “ Apresentada na sessão de 20 de Julho, por ocasião de serem votados os Projetos de ns. 30, 47, 33 e 25 de 1883, pág. 294.

Requerimentos apresentados por deputados:

Do Sr. Andrade Figueira:

“ Requeiro se requirite do ministério da marinha informações se recebeu notícias das condições de navegabilidade do *Riachuelo*, que acaba de ser lançado à água em Londres, e se

expediu ordem suspendendo a construção do outro encouraçado que havia sido encomendado pelo mesmo tipo daquele? Apresentado na sessão de 4, apoiado, e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 21.

Idem:

“ Requeiro se requisite do ministério da agricultura, comércio e obras públicas informação se é exato ter-se verificado na renda do correio desta corte algum desfalque, e, na afirmativa, a quanto monta? “ Apresentado na sessão de 4; apoiado, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 22.

Idem:

“ Requeiro se requisite do governo por intermédio do ministério da fazenda, informações dos motivos por que não foram ainda até esta data distribuídos, quer o balanço geral da receita e despesa do Império do exercício de 1880-1881, que por projeto de lei, devia ter sido apresentado ate 8 de Maio; quer a sinopse do de 1881-1882, que o último relatório daquela repartição anunciou achar-se pronta e por estes dias a ser distribuídos. “ Apresentado na sessão de 4, apoiado, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 22.

Do Sr. Doria para que se solicite ao governo, por intermédio do ministério da agricultura, as seguintes informações:

- 1.ª Se a inovação do contrato relativo à construção da estrada de ferro de Belém a Bragança foi feita em consequência da lei provincial do Pará, que deu para isso autorização ao presidente daquela província.
- 2.ª Se o governo concedeu à dita empresa caução de garantia de juros ou qualquer outro favor. Apresentado e apoiado na sessão, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Cruz, pág. 26.

Do Sr. Peretti:

“ Requeiro que o ministério da agricultura informe:

“ Como se explica o aumento do capital das companhias organizadas para os engenhos centrais, além do capital garantido para os mesmos engenhos, e quantos engenhos centrais estão sendo construídos;

“ Quem fiscaliza essas construções, qual o meio por que se verifica a realidade do capital gasto, e se este meio é eficaz para impedir aumentos simulados;

“ Se os contratos feitos com os agricultores são suficientes para que os engenhos centrais em qualquer tempo produzam a quantidade de açúcar exigida. “

É lido apoiado na sessão de 9 e a discussão fica adiada por ter pedido a palavra o Sr. Leopoldo Cunha, pág. 66.

Idem:

“ Requeiro que o ministério da agricultura informe:

Quando se tem despendido em reparos de dragas até esta data, discriminando-se a quantia empregada, para o fim, em cada uma delas; em que tempo foram compradas essas dragas e construída uma;

Qual a diferença de profundidade, no porto do Recife, registrada nos dois primeiros anos de melhoramentos e qual a que se observa atualmente;

Se há ou não lugares que essa profundidade tinha diminuído a falta de trabalhos;

Qual o pessoal empregado na conservação do material e nos trabalhos do melhoramento do porto, enviando-se cópias dos assentamentos dos livros de empregados e operários e a folha do pagamento nos dois últimos exercícios;

Porque as duas dragas que se acham em bom estado trabalham com frequentes interrupções;

Qual o produto de trabalhos particulares, que se fazem na repartição aludida, além do produto da construção de uma draga ali feita por uma empresa particular;

Quais os móveis que tem sido comprados para a repartição nestes últimos anos.

Porque os cais não têm sido conservados? “

É lido, apoiado na sessão de 9 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Ulysses Vianna, pág. 66.

Do Sr. Thomaz Pompeu:

“ Requeiro que o governo informe, por intermédio do ministério da agricultura, quanto se tem gasto com os estudos sobre açudes, na província do Ceará. “ Lido, aprovado sem discussão, na sessão de 9, pág. 65.

Do Sr. Escragnolle Taunay:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: quais as providências tomadas para acudir à epidemia de *beribéri* que assaltou as tripulações dos navios da esquadilha de evoluções nos mares do norte? “ É lido, apoiado, na sessão de 9 e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 61.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo sobre as propostas de compra de pólvora ao ministério da guerra e qual a que foi aceita. “ É lido, apoiado na sessão de 9 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 61.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: qual a diferença e aumento de gastos, por parte dos cofres públicos, entre a hospedagem dada hoje aos imigrantes na ilha das Flores, e a que anteriormente proporcionava a hospedaria particular subvencionada pelo tesouro? “ É lido, apoiado na sessão de 9, e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 61.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo sobre a conveniência ou não da internação durante o verão, dos imigrantes, sendo a respeito ouvida a junta de higiene, com urgência. “

É lido, apoiado na sessão de 9 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 61.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: qual o número de eleitores que concorreu à eleição última para vereadores da câmara municipal da corte. “ É lido, apoiado e aprovado sem discussão na sessão de 10, pág. 83.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: quais as ordenanças para o exercício e manobras dos corpos do exército, ainda vigentes, por que não são modificados e reformados, e qual a comissão encarregada hoje desse trabalho urgentíssimo. “ É lido, apoiado e aprovado sem debate na sessão de 10, pág. 83.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: qual a despesa feita com os doentes de beribéri, na enfermaria particular do Dr. Villaça, na ilha de Itaparica, província da Bahia. “ É lido, apoiado e aprovado sem discussão, na sessão de 10, pág. 83.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: sobre o custo das obras a fazer no cruzador Affonso Celso, comprado pelo Estado, como consta do expediente do ministério da marinha, publicado no Diário Oficial de hoje. “ É lido, apoiado e aprovado sem debate, na sessão de 10, pág. 84.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao ministério da guerra sobre as últimas nomeações de oficiais arregimentados para comissões que lhes não competia, agravando-se ainda mais a desordem que existe nesse ramo de serviço militar. “ É lido, apoiado na sessão de 10, e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 84.

Idem:

Requeiro se peçam informações ao governo: se já foram entregues aos operários despedidos, em 1878, dos arsenais da Bahia e Pernambuco, as quantias com que haviam entrado para o monte de pensões. É lido, apoiado na sessão de 10 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 84.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: por que preço foi contratado o cruzador Affonso Celso; se as madeiras empregadas na sua construção foram pelo custo cedidas pelo arsenal de marinha; por quanto, depois de pronto, o avaliaram os peritos; porque razão passou a pertencer ao ministério da fazenda, e que soma custou, afinal, ao tesouro nacional. “ É lido, apoiado na sessão de 10, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 83.

Do Sr. Gonçalves de Carvalho:

Requeiro que pelo ministério do Império sejam prestadas a Câmara as seguintes informações:
Se em todas províncias em que o governo mantém mesas de exames de preparatórios, existem escolas normais organizadas de conformidade com as condições do art. 9º do decreto n. 7247 de 19 de Abril de 1879?

No caso negativo, qual a razão por que o governo não manda estabelecer essas mesas nas outras províncias que também não possuem escolas normais nas condições do decreto citado, ficando considerado ainda em vigor o decreto n. 5429 de 2 Outubro de 1873? É lido, apoiado e aprovado sem discussão, na sessão de 10, pág. 83.

Do Sr. Escragnolle Taunay:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: sobre irregularidades havidas no agenciamento de voluntários na província das Alagoas, e se é verdade que foi o comandante da companhia fixa da infantaria encarregado de aliciar praças para a armada. “ Apresentado, apoiado e aprovado, sem debate, na sessão de 11, pág. 148.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo a respeito do inquérito sobre os fatos ocorridos em 1880, no arsenal de guerra da Bahia, e porque razão não foi dada a reparação, indicada pelo conselho de guerra, aos oficiais, major Napoleão Augusto Muniz Freire e capitão Saturnino Ribeiro da Costa, julgados dignos dos maiores elogios, sendo o secretário daquele estabelecimento, Rocha, considerado simplesmente suspenso, quando devera ter sido demitido e responsabilizado, conforme opinou o conselho de investigação. “ Idem, idem na sessão de 11, pág. 148.

Idem:

“ Requeiro se peçam, com urgência, informações ao governo quais as providências tomadas, afim de obstar que a febre amarela transponha a estação invernososa e se avigore de modo lastimável, apenas começaremos meses vernais. “ Apresentado e apoiado na sessão de 11, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. João Penido, pág. 148.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo sobre a despesa já feita pela hospedaria dos imigrantes, desde que foi aberta até hoje, com individuação do pessoal ali empregado. “ Apresentado, apoiado, na sessão de 12, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Bezerra de Menezes, pág. 148.

Do Sr. Soares pedindo que se peça ao ministério da fazenda cópia do relatório do contador do tesouro Dr. Francisco Augusto de Almeida, relativo à falta de pagamento de selo da companhia Leopoldina, nos recibos por quantias recebidas no seu escritório desta corte. Apresentado na sessão de 12, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Alves de Araujo, pág. 161.

Do Sr. E. Taunay:

“ Requeiro se peçam informações ao governo se o engenheiro-chefe da estrada de rodagem D. Francisca, satisfaz os requisitos legais, apresentando carta de engenheiro ou documento

análogo correspondente. “ Apresentado na sessão de 13 e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 185.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo: qual a razão por que não se deu execução ao decreto n. 3045 de 22 de Janeiro de 1883, que criou os distritos navais, e se julga desnecessária a reforma do regulamento disciplinar e econômico da marinha, embora seja do ano de 1796. “ Idem, idem. pág. 185.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo a respeito do exame procedido no cartuchame de infantaria, e qual o número calculado de négas. “ Apresentado e aprovado, sem discussão, na sessão de 13, pág. 185.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo sobre o número de oficiais arregimentados que estão deslocados dos seus corpos e quais as comissões que exercem. “ Idem, idem, idem, pág. 186.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo, qual o número de juizes de direito e desembargadores que se acham com licença, fora das suas comarcas e relações. “ Idem, idem, idem, pág. 186.

Do Sr. Montandon, pedindo por intermédio do ministério da agricultura, cópia do contrato celebrado com a companhia Mogiana para o prolongamento da respectiva estrada até a margem esquerda do Rio Grande. Apresentado, justificado e aprovado sem discussão na sessão de 13, pág. 190.

Do Sr. E. Taunay, pedindo ao governo informações sobre os trabalhos a fazer para garantir a boa praticabilidade da barra da Laguna e completa segurança do porto de Imbituba, na província de Santa Catarina, sendo ouvida a opinião da repartição hidrográfica da marinha. Apresentado na sessão de 16, a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. P. Mafra, pág. 212.

Idem, pedindo informações ao governo quais as providências tomadas para atalhar a epidemia da varíola que está grassando com intensidade, sobretudo na zona da cidade nova, e seja ouvida a junta de higiene. Idem, adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. João Penido, pág. 212.

Idem, pedindo informações ao governo qual o número de cartas de naturalização concedidas, desde o começo da nossa organização nacional ate hoje, com indicação das que ultimamente tem sido dadas pelas presidências de província, conforme a nova lei. Apresentado e aprovado, sem discussão, na sessão de 13, pág. 212.

Idem, pedindo informações ao governo se pretende entregar a conservação do passeio público e do parque do Campo à câmara municipal, que, sem reditos correspondentes a tamanhos encargos, naturalmente deixará ao abandono aqueles logradouros públicos, que tamanhas

somas custaram. Apresentado na sessão de 13, a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 212.

Idem, pedindo informações ao governo, quais as propostas abertas para o fornecimento de munições de boca para a armada, em que ordem foram classificadas pelo conselho de compras e qual a preferida. Apresentado na sessão de 18 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Martim Francisco Filho, pág. 251.

Idem, pedindo informações ao governo se pretende distribuir pelos corpos de artilharia, o armamento Krupp, o que fora de toda a conveniência, ou armazená-lo, e quanto custará a construção desses armazéns. Idem, idem, pág. 212.

Do Sr. Moreira de Barros, pedindo seja publicado o parecer dos árbitros sobre a questão Tripoti. Apresentado, discutido e aprovado na sessão de 17, pág. 229.

Do Sr. Soares, pedindo se peça ao governo, por intermédio da repartição da fazenda nacional, cópia do relatório do contador do tesouro nacional, Dr. Francisco Augusto de Almeida, relativo à falta de pagamento de selo nos recibos passados por diversas companhias de estradas de ferro. Apresentado e aprovado na sessão de 20, pág. 286.

Do Sr. Taunay, pedindo cópia das Atas do conselho de compras, relativas ao fornecimento último da marinha e qual a opinião do mesmo conselho a respeito da aceitação das propostas. Apresentado na sessão de 20, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 286.

Do Sr. Felicio dos Santos, solicitando do governo informações sobre o custo quilométrico de todas as estradas de ferro construídas por administração até hoje. Apresentado e aprovado sem discussão na sessão de 23, pág. 305.

Do Sr. Coelho Campos, pedindo ao governo, por intermédio do ministério do Império, as seguintes informações:

1.ª Tem o governo tentado já o preciso acordo com a Santa Sé, em execução da lei n. 2099 de 1 de Fevereiro de 1873, sobre os limites das dioceses da Bahia e Pernambuco, no baixo São Francisco?

2.ª Na afirmativa em que estado se acha a pendência?

Na negativa, se alguma circunstância há em contrário à urgência da determinação dos limites, em bem do culto e moralidade dos povos. Apresentado e aprovado, na sessão de 20, pág. 289.

Do Sr. J. Cruz, pedindo ao governo por intermédio do ministério do Império, as seguintes informações.

1.ª Porque o presidente do Pará, tendo devolvido à assembleia legislativa provincial, no dia 16 de Abril, o projeto de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1883-1884 e tendo sido encerrada a sessão da mesma assembleia no dia 19 do mesmo mês, não a convocou em sessão extraordinária para o fim de obter o orçamento do exercício que começou em 1º do corrente mês.

2.ª Serão regulares a cobrança de impostos e a decretação de despesa por efeito de uma simples portaria do presidente da província, desprezando os meios de provocar o voto do poder legislativo provincial.

3.ª Porque não tem sido juramentada a câmara municipal da vila da Cachoeira, da província do Pará, eleita em virtude da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

3.ª Quais os municípios da mesma província administrados por vereações eleitas anteriormente ao regime da lei n. 3029 e qual o motivo da fala de execução do art. 191 do regulamento de 18 de Agosto em relação a esses municípios. Apresentado na sessão de 20 e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Matta Machado, pág. 288.

Do Sr. Escragnolle Taunay, pedindo informações ao governo, sobre qual a despesa a fazer-se para a remoção do banco de areia e vaza, denominado o *Taboleiro*, que embaraça algum tempo os navios de grande calado à entrada no porto do Desterro, em Santa Catarina. Apresentado e aprovado, sem discussão, na sessão de 25, pág. 329.

Idem, pedindo informações ao governo sobre os atos do promotor público da comarca de Lages, na província de Santa Catarina, e quais as razões e acusações que provocaram a sua demissão, a bem de serviço público, pelo atual ministro da marinha, então presidente aquela província. Idem, idem, idem, pág. 329.

Idem, pedindo informações ao governo sobre se a barra de Araranguá, na província de Santa Catarina, se acha fechada, desde quando, e quais as medidas tomadas para obviar esse mal. Idem, idem, idem, pág. 328.

Idem, pedindo informações ao governo sobre quais as propostas apresentadas para as obras da alfândega do Desterro, província de Santa Catarina, e qual a razão por que foi preferida a mais cara de todas. Apresentado na sessão de 25, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 329.

Idem, pedindo se peça ao governo a relação dos oficiais arregimentados que estão ilegalmente ocupando o cargo de ajudantes de ordens das presidências de províncias, qual a data das suas nomeações. Idem, idem, idem, pág. 329.

Do Sr. Soares, pedindo ao governo, por intermédio da secretaria da agricultura, cópia do contrato que subvencionou a empresa de navegação a vapor do Tocantins, com a quantia de 82:000\$ por ano. Apresentado e aprovado na sessão de 25, pág. 328.

Do Sr. Escragnolle Taunay, pedindo se peçam informações ao governo, qual o preço porque fez o ministério da guerra aquisição de 4.940 exemplares da tradução da obra do general Fave, pelo tenente Costa Mattos. Apresentado, lido e aprovado, na sessão de 30, pág. 401.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo quantos oficiais de marinha são considerados desembarcados, e em que navios, ancorados na baía do Rio de Janeiro, se acha a oficialidade embarcada. ” Apresentado, na sessão de 30, lido, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 401.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo se a quantia de 50:000\$ consignada ultimamente no orçamento da marinha, é suficiente para a construção do farol no cabo de Santa Marta, província de Santa Catarina. “ Apresentado na sessão de 30, lido e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Mafra, pág. 401.

Idem:

“ Requeiro se peçam informações ao governo, qual o número de oficiais arregimentados em comissão de ajudantes de ordens de presidências de províncias e outras autoridades civis e militares. “ Apresentado na sessão de 30, lido e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Leopoldo Cunha, pág. 402.

Do Sr. Manoel Portella, pedindo ao governo as seguintes informações:

1.ª Qual a quantia despendida com a compra das terras da extinta – colônia militar das Pimenteiras.

2.ª Que concessões se tem feito de lotes das ditas terras e quais se tem tornado efetivas. Apresentado na sessão de 1º de Agosto e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Joaquim Tavares, pág. 456.

Do Sr. E. Taunay:

“ Requeiro se peçam informações ao governo qual o preço por que fez o ministério da guerra aquisição de 4.940 exemplares da tradução da obra do general Favé, pelo tenente Costa Mattos. “ Apresentado, lido, apoiado e aprovado na sessão de 30, pág. 401.

“ Requeiro se peçam informações ao governo quantos oficiais de marinha são considerados desembarcados, e em que navios, ancorados na Bahia do Rio de Janeiro, se acha a oficialidade embarcada. “ Idem, idem, a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira.

“ Requeiro se peçam informações ao governo se a quantia de 50:000\$, consignada ultimamente no orçamento da marinha, é suficiente para a construção do farol no cabo de Santa Marta, província de Santa Catarina. “ Idem, idem, idem, a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Silva Mafra.

“ Requeiro se peçam informações ao governo qual o número de oficiais arregimentados em comissão de ajudantes de ordens de presidências de províncias e outras autoridades civis e militares. “ Idem, idem, idem; a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Leopoldo Cunha, pág. 402.

Requerimentos apresentados por diversos:

Do tenente-coronel Henrique Izidoro Xavier de Brito, concessionário das minas de ferro de Sapatú, comarca de Xiririca, província de São Paulo, pedindo garantia de juros de 7% para o capital de 1.500:000\$ para a exploração das mesmas minas. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 3 de Julho, pág. 2.

Dos habitantes do Pouso Alto, província de Minas Gerais, pedindo para ser elevada à 2ª entrância a citada comarca. – À comissão de justiça civil. Idem, pág. 2.

Da câmara municipal do Príncipe Imperial, no Ceará, pedindo o prolongamento da estrada de ferro do Sobral até aquela Villa. – À comissão de comércio, indústria e artes. Idem, pág. 2.

De Lucas Ribeiro do Prado, pedindo isenção dos direitos de importação para as máquinas e utensílios destinados a uma fábrica de chapéus, vinagre e destilação, que pretende estabelecer na província do Ceará. – À comissão de fazenda. Idem, pág. 2.

De José Antonio de Araujo Regadas, oferecendo um plano de reforma das atuais loterias da corte e da província do Rio de Janeiro. – À comissão de fazenda. Idem, pág. 2.

Do bacharel Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, juiz de direito da comarca da Laguna, representando contra os atos da assembleia provincial de Santa Catarina, e pedindo providências, afim de que sejam definitivamente delimitados os poderes das assembleias provinciais, quanto à suspensão e demissão de magistrados. – À comissão de constituição e poderes. Idem, pág. 2.

De Melchisedeth Gomes Pereira de Vasconcellos pedindo dispensa dos exames preparatórios afim de matricular-se em qualquer faculdade de direito do Império. – À comissão de instrução pública. Apresentado na sessão de 5, pág. 33.

De João Coelho de Almeida, oficial de fazenda da armada, pedindo que se lhe mande contar no dobro o tempo em que esteve prisioneiro no Paraguai. – À comissão de marinha e guerra. Idem, pág. 33.

Do Dr. Maximiano Marques de Carvalho, pedindo seja autorizado o governo a despender 20:000\$, tirados da verba de 800:000\$ para – Melhoramentos da saúde pública, afim de ser aplicado na extinção de gazes palustres nesta cidade. – À comissão de saúde pública. Apresentado na sessão de 9, pág. 61.

De D. Amelia de Castro Araujo, viúva do chefe de divisão reformado Pedro Thomé de Castro Araujo, pedindo lhe seja concedido o montepio correspondente ao soldo do seu finado marido. À comissão de pensões e ordenados. Idem, pág. 61.

Da Associação Comercial do Rio de Janeiro, representando contra os inconvenientes que resultam da aplicação da lei do orçamento vigente, relativamente ao aumento da armazenagem das mercadorias depositadas nas alfândegas. – À comissão de orçamento. Apresentado na sessão de 10, pág. 81.

Do bacharel Luiz de Medeiros, juiz de direito da comarca de São Paulo, pedindo um ano de licença com todos os vencimentos. – À comissão de pensões e ordenados. Idem, pág. 81.

De D. Maria Catharina de Macedo, viúva do Dr. Manoel Joaquim de Macedo, pedindo uma pensão com que possa subsistir. – À comissão de pensões e ordenados. Idem, pág. 81.

Da companhia de estrada de ferro denominada “ The Porto Alegre New Hamburg Brazilian Railway Company Limited “ requerendo garantia de juros de 6% sobre 4.500:000\$, para o prolongamento da mesma estrada de ferro até a margem direita do rio Taquari. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 11, pág. 107.

De Thomaz Bailey, cidadão americano, residente em Baltimore, solicitando privilégio, por espaço de 50 anos, para introduzir, fabricar, usar e vender no Império embarcações dotadas do aparelho denominado *taboa de bolina*, tendo por fim tornar navegáveis a barcos de

grande capacidade os portos e rios que não os comportam de grande calado correspondente. – À comissão de comércio, indústria e artes. Idem, pág. 107.

Do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, lente substituto da faculdade do Recife, pedindo um ano de licença com o respectivo ordenado. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentados na sessão de 12, pág. 129.

Do instituto arqueológico e geográfico Alagoano, pedindo o auxílio de 20:000\$ para a compra de um prédio onde possa alojar a biblioteca, museu e arquivo do mesmo instituto. – À comissão de orçamento. Idem, pág. 129.

De Carlos Agostinho de Laperriere, concessionário do privilégio para o fabrico da soda artificial, pedindo o prazo de seis anos para incorporação da companhia. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 13, pág. 171.

Idem de Olympio Pereira da Matta, professor das aulas suplementares e secundárias de desenho, aritmética e geometria do arsenal de guerra da Bahia, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos dos professores primários das companhias de aprendizes artífices dos arsenais de guerra. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentado na sessão de 14, pág. 206.

Da companhia Paulista da estrada de ferro Oeste, para ser interpretada a cláusula 3ª do decreto n. 4428 de 27 de Outubro de 1869. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 16, pág. 209.

Do instituto farmacêutico, pedindo a aprovação do projeto n. 55 de 1880, relativo à criação de uma escola superior de farmácia nesta corte – À comissão de polícia. Idem, pág. 209.

Do cônego Francisco Rochoael Pereira Brito de Medeiros, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentado na sessão de 16, pág. 209.

Dos ex-acionistas da antiga companhia *Tram Road Paraguassú*, na Bahia, em adiamento à petição que dirigiram à Câmara dos Deputados em 1882, apresentando um memorial impresso, acompanhado de documentos relativamente àquela pretensão. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 18, pág. 248.

De Paulo José Faria Brandão, cessionário da estrada de ferro Monção, na província do Maranhão, pedindo garantia de juros de 6%, durante 30 anos, sobre o capital de 10.000:000\$. – À comissão de comércio, indústria e artes. Idem, pág. 248.

De Camillo Lellis da Silva, 1º tenente reformado da armada, pedindo melhoramento de reforma, e para que os documentos juntos sejam adicionados ao requerimento que apresentou em 1875. – À comissão de marinha e guerra. Idem, pág. 248.

Do Dr. José Agnello Leite, delegado gratuito da saúde pública, na cidade de Penedo, província das Alagoas, pedindo que lhe seja concedida uma gratificação *pro labore*. – À comissão de orçamentos. Apresentado na sessão de 23, pág. 304.

Do Conde de Barral, como representante de Alphonse Bouffier Fils, pedindo que a comissão de comércio, indústria e artes reconsidere o parecer que deu sobre a pretensão deste indivíduo. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 24, pág. 328.

De João Antunes Guimarães, 2º escriturário da contadoria de marinha, pedindo se lhe mande adicionar ao tempo de serviço atual àquele em que esteve coadjuvando os trabalhos de escrita da secretaria de obras públicas. – À comissão de pensões e ordenados. Idem, pág. 328.

De Sebastião José Cavalcanti, inspetor aposentado da tesouraria de fazenda da província do Maranhão, pedindo se lhe conte, para a sua aposentadoria, o tempo de serviço como professor público da 2ª cadeira da instrução primária da capital do Ceará. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentado na sessão de 25, pág. 330.

De Carlos Napoleão Poeta, pedindo a quantia de 25:000\$ anuais, durante seis anos, para o estabelecimento de uma colônia na província do Rio Grande do Sul, destinada a Cultura do trigo. – À comissão de comércio, indústria e artes. Idem, pág. 330.

Do desembargador da relação do Recife Victorino do Rego Toscano Barreto, pedindo licença com todos os vencimentos para tratar de sua saúde. – À comissão de pensões e ordenados. Idem, pág. 330.

Do bacharel Marciano Gonçalves da Rocha, promotor fiscal de capelas e resíduos do município da corte, em aditamento a petição apresentada na sessão de 1882, e já informada á requisição da câmara dos deputados, pedindo que seu ordenado seja elevado a 2:400\$ anuais, e que ao suplicante se aplique as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 8º do decreto n. 5737 de 2 de Setembro de 1874. – À comissão de pensões e justiça civil. Apresentado na sessão de 27, pág. 377.

Dos conferentes das capatazias da alfândega do Rio de Janeiro, pedindo para serem considerados empregados públicos. – À comissão de pensões. Apresentado na sessão de 28, pág. 397.

De Manoel de Jesus Souto e Andrade, oficial das diligencias da capitania do porto do Aracajú, na província de Sergipe, pedindo a sua aposentadoria no referido lugar. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentado na sessão de 30, pág. 398.

De Adolpho Ribeiro Guimarães, pedindo a revogação da lei provincial de Sergipe, n. 1259 de 12 de Abril de 1883. – À comissão de assembleias provinciais. Idem, pág. 398.

De Geminiano Gomes de Oliveira Cordeiro, fiel do tesoureiro da alfandega da Bahia, pedindo aumento de vencimento. – À comissão de pensões e ordenados. Apresentado na sessão de 31 de Agosto, pág. 424.

De Augusto de Almeida Torres pedindo diversos favores para uma empresa que organizou para complemento do sistema de viação férrea pelo plano do engenheiro Honorio Bicalho. – À comissão de comércio, indústria e artes. Apresentado na sessão de 1º de Agosto, pág. 445.

Interpeleções:

Ao Sr. ministro da marinha pelo Sr. E. Taunay. Peço se marque dia e hora ao Sr. ministro da marinha para responder à seguinte interpelação:

1.º Quantas multas sofreu o ex-fornecedor de munições de boca do arsenal, durante o tempo de seu contrato?

2.º Qual a classificação das propostas apresentadas para o novo fornecimento, feito pelo conselho de compras?

3.º Qual a proposta escolhida e qual a diferença em preço desta em relação às outras rejeitadas?

4.º Qual o pensamento do governo a respeito da concorrência aberta, a bem dos interesses da fazenda pública?

Apresentada na sessão de 21, justificada e discutida na de 30, pág.

Ao Sr. ministro do Império pelo Sr. José Luiz de Almeida Nogueira.

Requeiro que me sejam designados dia e hora para interpelar o Exmo. Sr. ministro do Império sobre o seguinte:

1.º Tem o governo conhecimento de haver sido falsificado o projeto de lei de orçamento, decretado pela assembleia provincial de São Paulo para o exercício de 1883-1884?

No caso afirmativo:

2.º Tendo-se evidenciado o fato dessa falsificação, tornado público pela declaração autêntica da mesa da assembleia e publicação oficial dos trabalhos legislativos: - procedeu regularmente o presidente da província sancionando o projeto fraudulento e pondo-o em execução?

3.º Que providências tem tomado, ou pretende tomar o governo para a punição desse audacioso abuso e a repressão de suas consequências?

Apresentada na sessão de 27. (Ainda não marcou o dia.)

Representações:

De vários moradores da cidade do Rio Pardo, província de Minas Gerais.

Apresentada pelo Sr. Affonso Celso Junior, na sessão de 3, pág. 7.

Dos povos da freguesia do Patrocínio, pertencente ao município de São Paulo de Muriaé, província de Minas Gerais, relativa à estrada de ferro de Carangola.

Apresentada pelo Sr. Barão da Leopoldina na sessão de 4, pág. 22.

Dos eleitores da paróquia de Bragança, na província de São Paulo, pedindo a aprovação do projeto n. 241 de 1882, sobre locação de serviços.

Apresentada pelo Sr. Almeida Nogueira, na sessão de 27 e remetida à comissão de polícia, pág. 381.

Dos habitantes de Alhandra, província da Paraíba do Norte, pedindo um auxílio pecuniário correspondente ao produto líquido de 4 loterias, pelo plano das da Corte, para a conclusão das obras necessárias à igreja matriz daquele lugar.

Apresentada pelo Sr. Carneiro da Cunha na sessão de 27 e remetida à comissão de fazenda, pág. 383.

Da companhia estrada de ferro Leopoldina contra a que dirigiram os habitantes do Patrocínio do Muriaé, província de Minas Gerais.

Apresentada na sessão de 9 pelo Sr. Vaz de Mello, pág. 64.

Oradores:

Almeida e Oliveira (ministro da marinha), 263, 423.
Affonso Celso Junior, 7.
Antonio de Siqueira 88, 327, 359.
Aristides Spinola, 22, 257, 426.
Antonio Pinto, 101, 148, 190, 239, 305, 356, 403.
Andrade Figueira, 44, 125, 192, 280, 281, 291, 292, 296, 319, 362, 387, 409, 477, 481.
Affonso Penna (ministro da agricultura), 125.
Adriano Pimentel 67, 79.
Alfredo Chaves 197.
Almeida Nogueira, 252, 293, 381.
Bezerra Cavalcanti, 42.
Bezerra de Menezes, 333.
Bason, 113.
Cruz, 286.
Cantão, 19, 275, 286.
Camargo, 270, 286.
Coelho Campos, 41, 288, 294, 427.
Carneiro da Rocha, 278, 294, 473.
Candido de Oliveira, 41, 74, 148, 213, 218, 275, 291, 334, 364.
Duque-Estrada Teixeira, 363.
Espindola, 223.
E. Taunay, 31, 42, 51, 84, 161, 221, 275, 364, 419, 459.
Felicio dos Santos, 17, 71, 404.
F. Doria, 25.
Fernandes de Oliveira, 148.
Gomes de Castro, 217, 229, 231, 456.
Geminiano, 295.
Gonçalves Ferreira, 192, 405, 427, 428.
Gonçalves de Carvalho, 289.
Ildefonso de Araujo, 72, 162.
Ignacio Martins, 295.
João Caetano, 40, 254.
José Marianno, 404, 456, 471.
Juvencio Alves, 427.
José Pompeo, 186.
João Penido, 70, 98, 301.
Lafayette (senador, presidente do conselho) 190.
Leopoldo Cunha, 16, 37.
Lourenço de Albuquerque, 213, 230, 405, 415, 467.
Mac-Dowell, 8, 55, 75, 78, 315, 367.
Moreira de Barros, 228, 229, 299.
Manoel Portella, 26, 41, 245, 279, 347, 455.
Montando, 188, 219, 452.
Martim Francisco, 28, 294.
Matta Machado, 215, 280, 291, 293, 350, 362, 363, 387, 426.
Maciel (ministro do Império). 195.
Meton, 270.
Martim Francisco Filho, 290.
Olympio Valladão, 252.
Prado Pimentel, 298.
Prisco Paraizo (ministro da justiça), 77, 405, 430.

Pereira da Silva, 166.
 Paula e Souza, 29.
 Passos de Miranda, 123.
 Paulino de Souza, 56.
 Rodrigues Peixoto, 257, 271.
 Ratisbona, 71, 257, 476.
 Rodrigues Lima, 169.
 Rodolpho Dantas, 405.
 Senador Soares Brandão (ministro dos estrangeiros), 438.
 Severino Ribeiro, 88 307, 437.
 Silva Mafra, 191, 262, 402.
 Soares, 150, 381.
 Tarquinio de Souza, 241.
 Vianna Vaz, 73.
 Vaz de Mello, 64.
 Thomas Pompeu, 65.
 Zama, 73, 194, 210, 212, 359.

Expediente:

Durante este mês a mesa da Câmara dos Srs. deputados tomou conhecimento do seguinte expediente:

Ofícios:

Do ministério do Império.....	14
Idem da justiça.....	6
Idem da guerra.....	12
Idem da fazenda.....	6
Idem de estrangeiros.....	0
Idem da agricultura.....	26
Idem da marinha.....	5
De deputados.....	5
Do Senado.....	33
De presidentes de províncias.....	1
Total.....	- 108
Requerimentos apresentados por deputados.....	58
Idem por diversos.....	37
Interpellações.....	2
Representações.....	5
Proposta do Poder Executivo.....	4
Projetos.....	21
Pareceres.....	54
Redações.....	28
Declaração de voto.....	2